

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA (2021)



© Instituto de Previdência do Município de João Pessoa. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

INFORMAÇÕES E CONTATO

Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPM/JP).

Rua Engenheiro Clodoaldo Gouveia, 166. Centro, João Pessoa – PB.

CEP: 58013-370

Telefone: (83) 3222-1005

www.ipmjp.pb.gov.br

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	4
2.1	EVOLUÇÃO COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	5
2.2	RENTABILIDADE (RESULTADOS OBTIDOS).....	7
2.3	AVALIAÇÕES DAS METAS DE 2021.....	8
3.	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL	9
3.1	APRESENTAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS.....	9
3.1.1.	Receitas.....	9
3.1.2.	Aportes Financeiros.....	11
3.1.3.	Despesas.....	11
3.1.4.	Despesas com folha de pagamento dos benefícios previdenciários.....	12
3.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	14
4.	ATIVIDADES INSTITUCIONAIS	15
4.1	GESTÃO DE PESSOAL.....	15
4.2	GESTÃO DE CONTRATOS.....	16
4.3	ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO.....	16
4.1.1.	Certificado de Regularidade Previdenciária.....	18
4.4	CANAIS DE ATENDIMENTO - OUVIDORIA.....	18
4.5	ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS.....	19
5.	SITUAÇÃO ATUARIAL	20
5.1	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	20
5.2	DADOS DOS SEGURADOS.....	22
5.3	EVOLUÇÃO DO RESULTADO RELATIVO AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL.....	23
6.	COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE	24

1. INTRODUÇÃO

O Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) é a autarquia responsável por gerir a previdência do quadro efetivo de funcionários da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP).

Foi criada em 1984, mas, em 2005, a Lei Municipal nº 10.684 reestruturou as suas funções, criando um novo plano de benefícios e adotando outras providências no âmbito previdenciário municipal.

Em cumprimento às normas previdenciárias regulamentares, com vistas a regularizar a situação previdenciária do Ente Municipal, foi implementada a segregação das massas aos segurados desse RPPS, através da Lei Municipal nº 10.460, de 21 de janeiro de 2013, bem como realizada nova reestruturação organizacional do IPM, nos termos da Lei Municipal nº 10.466, de 25 de janeiro de 2013.

Essa segregação criou dois Fundos, o Financeiro (FUNFIN), tendo como segurados servidores ativos que ingressaram nos quadros da PMJP até 31 de dezembro de 2009 e o Capitalizado (FUNPREV), com os servidores que ingressaram após essa data.

Existe um carácter contributivo e de responsabilidade solidária entre o poder público e os segurados, que mantém este sistema através, principalmente, da contribuição previdenciária. Entretanto, o equilíbrio financeiro e atuarial de um regime de previdência é um desafio para todos os envolvidos, sejam eles entes federativos, gestores públicos, os segurados e a sociedade civil.

Sendo assim, insuficiências financeiras em um RPPS obrigam o Poder Público a aumentar o aporte financeiro para fazer frente aos pagamentos dos benefícios de aposentadoria e pensão, gerando uma tendência de crescimento do comprometimento de parte da arrecadação municipal para pagamento de benefícios previdenciários.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, assim como outros entes federativos, tem buscado a otimização e eficiência na utilização dos recursos previdenciários adotando novas práticas de gestão no seu Regime Próprio, como, por exemplo, a implementação – em parceria com o IPMJP - do “*Pró-Gestão RPPS*”.

Esse relatório trará, a seguir, informações detalhadas sobre os dados dos segurados, receitas e despesas, evolução da situação atuarial, gestão dos investimentos, atividades institucionais e dos órgãos colegiados.

2. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O Fundo Municipal de Previdência (FUNPRE) – Setor de Investimentos do IPMJP - foi instituído em 2012, com a finalidade de gerir os recursos do fundo previdenciário de modo a alcançar o equilíbrio atuarial deste Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e é o responsável pelo assessoramento do Comitê de Investimentos (COI) do Instituto.

No ano de 2019, o setor passou a contar com uma equipe mais completa, multidisciplinar e especializada, formada por 1 (uma) Economista, 1 (um) Gerente de investimentos bacharel em Direito, 01 (uma) Assistente de Suporte de Administração e Finanças bacharel em Economia e 01 (um) Assessor Técnico bacharel em Arquivologia.

É salutar reforçar que a maioria dos servidores lotados neste setor possuem certificação ANBIMA CPA10, além de contar com a assessoria e consultoria em investimentos de recursos previdenciários da empresa LEMA Economia e Finanças.

Em consonância com as práticas de excelência na gestão pública preconizadas pelo programa de certificação institucional do PRÓ-GESTÃO, são produzidos, submetidos e avaliados pelo Conselhos do IPM relatórios mensais de acompanhamento, bem como a Política de Investimentos para o exercício subsequente. Além disso, o envio de caráter obrigatório do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR) e do Demonstrativo de Política de Investimentos (DPIN) à Secretaria de Previdência (SPPS) tem obedecido estritamente o prazo legal, ocorrendo, em geral, antes das datas-limite estabelecidas pela Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS).

A mesma praxe tem sido adotada em relação à publicação de eventual atualização da Política de Investimentos vigente (que, em 2019, decorreu de adequação normativa à Resolução CMN nº 4.695/2018, que alterou a Resolução CMN Nº 3.922/2010).

Adicionalmente, busca-se, de forma incessante, aplicar o princípio da transparência à gestão dos investimentos, disponibilizando, no portal do IPMJP, todas as Autorizações de Aplicações e Resgates (APR), calendário e datas das reuniões do Comitê de Investimentos, a Carteira de Investimento mensal, relatório dos retornos alcançados e portaria de nomeação do COI.

Neste capítulo, serão demonstrados a (i) evolução da composição da carteira do IPMJP ao longo do ano de 2021, (ii) os resultados obtidos com as aplicações dos

recursos financeiros e, por fim, (iii) a avaliação técnica dos resultados obtidos no referido ano.

2.1 EVOLUÇÃO COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A gestão dos investimentos, em 2021, foi caracterizada, pela proteção de carteira frente a volatilidade vivenciada no período, essencialmente, pela redução de fundos de investimentos similares e maior aporte em fundos defensivos na aplicação dos recursos disponíveis no Fundo Previdenciário, Fundo Capitalizado.

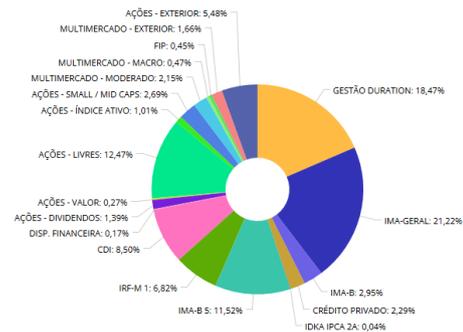
Outro importante incremento foi a aquisição direta de Títulos do Tesouro do tipo IPCA+, com juros semestrais, que além de garantirem a meta atuarial, reduzem a volatilidade vivida na carteira de investimentos, além disso o contínuo uso de métricas e definição de critérios quantitativos na escolha desses ativos, buscando-se otimizar o processo de investimento e subsidiar o Comitê de Investimentos com informações mais claras e mensuráveis para a tomada de decisão.

Os gráficos 1, 2 e 3 (abaixo) demonstram a distribuição da carteira do IPM com base na classificação dos produtos financeiros estabelecidas pela Resolução do CMN nº 3.922 e suas alterações, sendo este o instrumento normativo regulatório dos investimentos nos RPPS. Ressalta-se que, em resumo, o Art. 7º da referida resolução classifica os produtos de renda fixa, enquanto o Art. 8º classifica os de renda variável e, por fim, o Art. 9 os do exterior.

Com vistas a facilitar o entendimento e a observância da evolução da diversificação da carteira, apresentam-se esses gráficos em recortes de três períodos distintos: Janeiro, Junho e Dezembro.

Gráfico 1 - Distribuição da Carteira em Janeiro de 2021 (Resolução CMN nº 3.922)

Sub-segmento	Valor	%	Característica
GESTÃO DURATION	62.995.803,93	18,47%	→ GESTÃO DURATION - R\$ 62.995.803,93 - 18,4718%
IMA-GERAL	72.353.843,98	21,22%	
IMA-B	10.060.725,07	2,95%	→ LONGO PRAZO - R\$ 90.213.151,52 - 26,4525%
CRÉDITO PRIVADO	7.798.582,47	2,29%	
IDKA IPCA 2A	123.392,07	0,04%	
IMA-B 5	39.300.001,89	11,52%	→ MÉDIO PRAZO - R\$ 39.423.393,76 - 11,5598%
IRF-M 1	23.246.820,05	6,82%	
CDI	29.000.979,79	8,50%	→ CURTO PRAZO - R\$ 52.827.321,92 - 15,4901%
DISP. FINANCEIRA	579.522,08	0,17%	
AÇÕES - DIVIDENDOS	4.751.483,09	1,39%	
AÇÕES - VALOR	910.537,56	0,27%	
AÇÕES - LIVRES	42.537.594,89	12,47%	→ AÇÕES - R\$ 60.807.275,94 - 17,8300%
AÇÕES - ÍNDICE ATIVO	3.442.276,17	1,01%	
AÇÕES - SMALL / MID CAPS	9.165.384,43	2,69%	
MULTIMERCADO - MODERADO	7.318.824,27	2,15%	→ MULTIMERCADO - R\$ 8.905.985,37 - 2,6114%
MULTIMERCADO - MACRO	1.587.161,10	0,47%	
FP	1.535.311,11	0,45%	→ FP - R\$ 1.535.311,11 - 0,4502%
MULTIMERCADO - EXTERIOR	5.656.466,16	1,66%	
AÇÕES - EXTERIOR	18.673.758,91	5,48%	→ EXTERIOR - R\$ 24.330.225,07 - 7,1342%



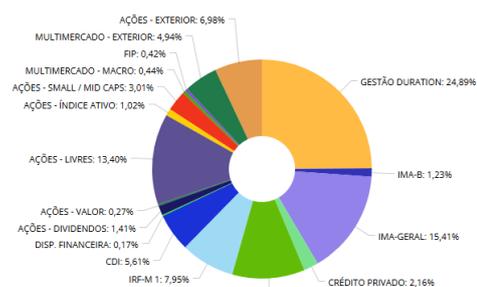
Fonte: Relatório Mensal - LemaEF

Nesse gráfico, podemos verificar uma concentração do patrimônio do IPM de aproximadamente 30% em produtos do tipo IMA, e que gradativamente foi substituído por produtos de renda fixa menos estressados.

Gradativamente as alocações passaram para a gestão duration, ativos menos expostos a volatilidade de mercado e que garantem menores variações negativas.

Gráfico 2 - Distribuição da Carteira em Junho de 2021 (Resolução CMN nº 3.922)

Sub-segmento	Valor	%	Característica
GESTÃO DURATION	90.656.689,07	24,89%	→ GESTÃO DURATION - R\$ 90.656.689,07 - 24,8872%
IMA-B	4.494.861,85	1,23%	
IMA-GERAL	56.144.074,14	15,41%	→ LONGO PRAZO - R\$ 68.523.686,17 - 18,8112%
CRÉDITO PRIVADO	7.884.750,38	2,16%	
IMA-B 5	38.846.250,49	10,66%	→ MÉDIO PRAZO - R\$ 38.846.250,49 - 10,6641%
IRF-M 1	28.953.891,34	7,95%	
CDI	20.449.958,92	5,61%	→ CURTO PRAZO - R\$ 50.030.869,84 - 13,7346%
DISP. FINANCEIRA	627.019,58	0,17%	
AÇÕES - DIVIDENDOS	5.130.491,22	1,41%	
AÇÕES - VALOR	963.342,71	0,27%	
AÇÕES - LIVRES	48.823.690,08	13,40%	→ AÇÕES - R\$ 69.628.671,19 - 19,1148%
AÇÕES - ÍNDICE ATIVO	3.719.381,27	1,02%	
AÇÕES - SMALL / MID CAPS	10.971.785,91	3,01%	
MULTIMERCADO - MACRO	1.613.533,59	0,44%	→ MULTIMERCADO - R\$ 1.613.533,59 - 0,4429%
FP	1.535.287,49	0,42%	→ FP - R\$ 1.535.287,49 - 0,4215%
MULTIMERCADO - EXTERIOR	18.011.195,48	4,94%	
AÇÕES - EXTERIOR	25.423.784,63	6,98%	→ EXTERIOR - R\$ 43.434.980,11 - 11,9238%

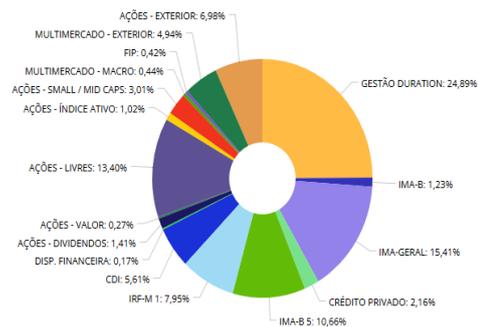


Fonte: Relatório Mensal - LemaEF

A posição de dezembro de 2021 demonstra a continuidade do processo de mudança do perfil da carteira, conforme observa-se no gráfico 3.

Gráfico 3 - Distribuição da Carteira em Dezembro de 2021 (Resolução CMN nº 3.922)

Sub-segmento	Valor	%	Característica
GESTÃO DURATION	90.656.689,07	24,89%	→ GESTÃO DURATION - R\$ 90.656.689,07 - 24,8872%
IMA-B	4.494.861,65	1,23%	
IMA-GERAL	56.144.074,14	15,41%	→ LONGO PRAZO - R\$ 68.523.686,17 - 18,8112%
CRÉDITO PRIVADO	7.884.750,38	2,16%	
IMA-B 5	38.846.250,49	10,66%	→ MÉDIO PRAZO - R\$ 38.846.250,49 - 10,6641%
IRF-M 1	28.953.891,34	7,95%	
CDI	20.449.958,92	5,61%	→ CURTO PRAZO - R\$ 50.030.869,84 - 13,7346%
DISP. FINANCEIRA	627.019,58	0,17%	
AÇÕES - DIVIDENDOS	5.130.491,22	1,41%	
AÇÕES - VALOR	983.342,71	0,27%	
AÇÕES - LIVRES	48.823.690,08	13,40%	→ AÇÕES - R\$ 69.628.671,19 - 19,1146%
AÇÕES - ÍNDICE ATIVO	3.719.361,27	1,02%	
AÇÕES - SMALL / MID CAPS	10.971.785,91	3,01%	
MULTIMERCADO - MACRO	1.613.533,59	0,44%	→ MULTIMERCADO - R\$ 1.613.533,59 - 0,4429%
FIP	1.535.287,49	0,42%	→ FIP - R\$ 1.535.287,49 - 0,4215%
MULTIMERCADO - EXTERIOR	18.011.195,48	4,94%	
AÇÕES - EXTERIOR	25.423.784,63	6,98%	→ EXTERIOR - R\$ 43.434.980,11 - 11,9238%



Fonte: Relatório Mensal - LemaEF

Ainda observamos que a carteira do IPMJP tem parte de seu hedge em produtos com exposição a variação cambial, que além da valorização dos ativos captura a variação do dólar frente ao real.

Por fim, essa busca pela otimização da relação risco-retorno, através da proteção da carteira, mostrou-se fundamental para os resultados obtidos em 2021.

2.2 RENTABILIDADE (RESULTADOS OBTIDOS)

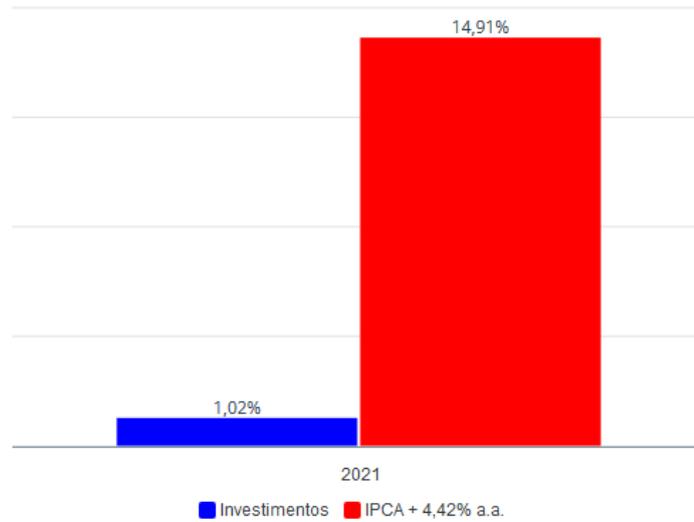
O Patrimônio Líquido do IPM evoluiu mais de 13% de 31 de dezembro de 2020 à 31 de dezembro de 2021, representando um incremento de R\$ 46.292.856,90. Essa evolução foi fomentada pelo acúmulo das receitas de contribuições previdenciárias e a remuneração dos recursos investidos.

É conveniente enfatizar que esta evolução não seria suficiente no caso do não atingimento da meta atuarial estipulada para este ano (IPCA+ 4,42% aa). Sendo assim, o retorno acumulado atingido durante o exercício de 2021 foi de 1,02%, não superando a meta atuarial.

Apontamos que nenhum índice de mercado chegou a igualar a meta atuarial disposta, sendo o principal objetivo a real proteção da carteira e não permitir que o mercado deteriorasse os recursos do FUNPRE.

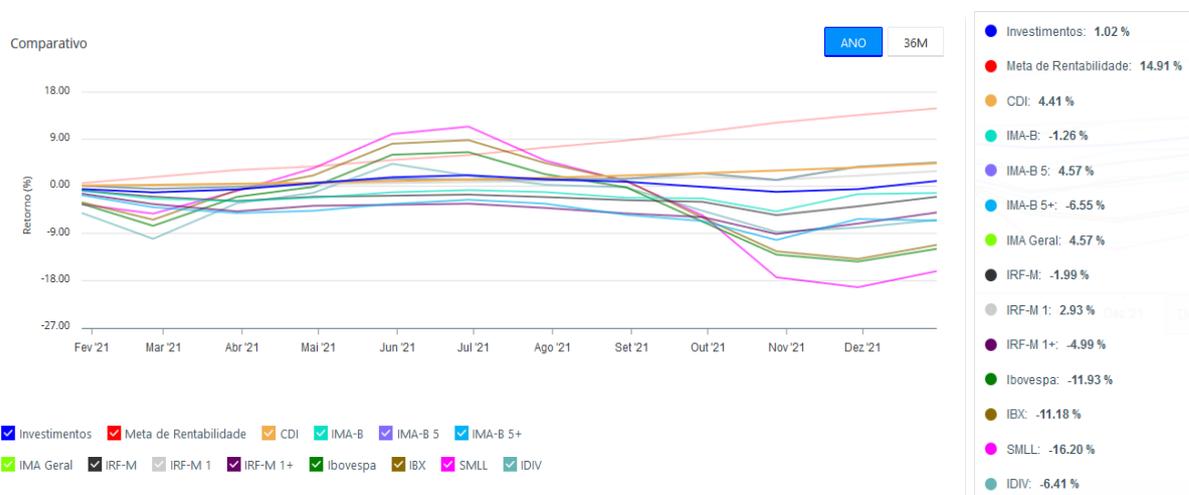
Gráfico 4 - Retorno da Carteira X Meta Atuarial (Anual)

Investimentos x Meta de Rentabilidade



Fonte: Retornos - Informações por períodos – LemaEF

Gráfico 5 - Retorno da Carteira X Meta Atuarial (Mensal)



Fonte: Retornos - Informações por períodos - LemaEF

Conforme o gráfico acima, na comparação mês a mês, o retorno da carteira foi superior à meta atuarial em 6 períodos. Em períodos de maior volatilidade dos mercados, ocasionada por fatores como a incerteza política e fatores decorrentes de posicionamentos econômico frente a indicativa global.

2.3 AVALIAÇÕES DAS METAS DE 2021

Tendo em vista as metas estabelecidas no Plano de Ação 2021 do IPMJP para a área de Investimentos, avalia-se que as ações e iniciativas foram implementadas e que o objetivo foi alcançado. Todavia, é necessário destacar o caráter contínuo do processo de otimização dos recursos investidos, dada a natureza dinâmica dos mercados.

A formulação da Política de Investimentos (PI) 2021 seguiu fielmente o trâmite previsto, sendo aprovada pelo Conselho Previdenciário (CONPRE), contudo o novo dispositivo legal publicado após a provação, obrigou este RPPS a alterar sua política de investimentos até o prazo de 31 de março de 2022, as alterações necessárias serão apresentadas na primeira reunião ordinária do Conselho de Previdência que ocorrerá no mês de março de 2022.

Permitiu a adequação da PI 2020 às alterações dos limites de alocação de recursos em renda variável (possibilitadas pela conquista da Certificação do Pró-Gestão – nível II) em tempo hábil, dispensando, assim, a necessidade de alteração posterior do documento. Portanto, considerou-se que esta iniciativa foi cumprida de maneira satisfatória.

As estratégias de investimentos, inicialmente delineadas na Política de Investimentos, são avaliadas e passam por adequação constante (quando necessário), conforme as condições conjunturais dos mercados. Com periodicidade, no mínimo, mensal, o cenário macroeconômico, as estratégias de alocação e as diretrizes e metas de investimentos, bem como o controle e o monitoramento da evolução da rentabilidade dos recursos investidos são objetos de deliberação do Comitê de Investimentos (COI).

Nas reuniões do COI também são apresentadas propostas de investimentos e as análises técnicas adjacentes. Além do registro em ata das Reuniões Mensais do Comitê de Investimentos, tal conjunto de análises tem sido sistematizado em Relatórios submetidos à apreciação do Conselho Fiscal (CONFIS) e apresentados ao CONPRE. Assim, avalia-se que todas as iniciativas de periodicidade mensal foram implementadas satisfatoriamente.

3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

A gestão orçamentária, financeira e contábil do IPMJP é realizada de forma autônoma e tem por finalidade assegurar a correta aplicação dos recursos deste Instituto, respeitando-se as determinações das leis orçamentárias, os princípios da

administração pública e os limites administrativos impostos aos regimes próprios de previdência, bem como subsidiar a tomada de decisão, a prestação de contas e o controle social.

Neste capítulo, serão apresentadas as receitas e despesas previstas e realizadas no exercício de 2021, segregando-as entre os dois fundos previdenciários existentes, Fundo Financeiro (FunFin) e Fundo Capitalizado (FunPrev).

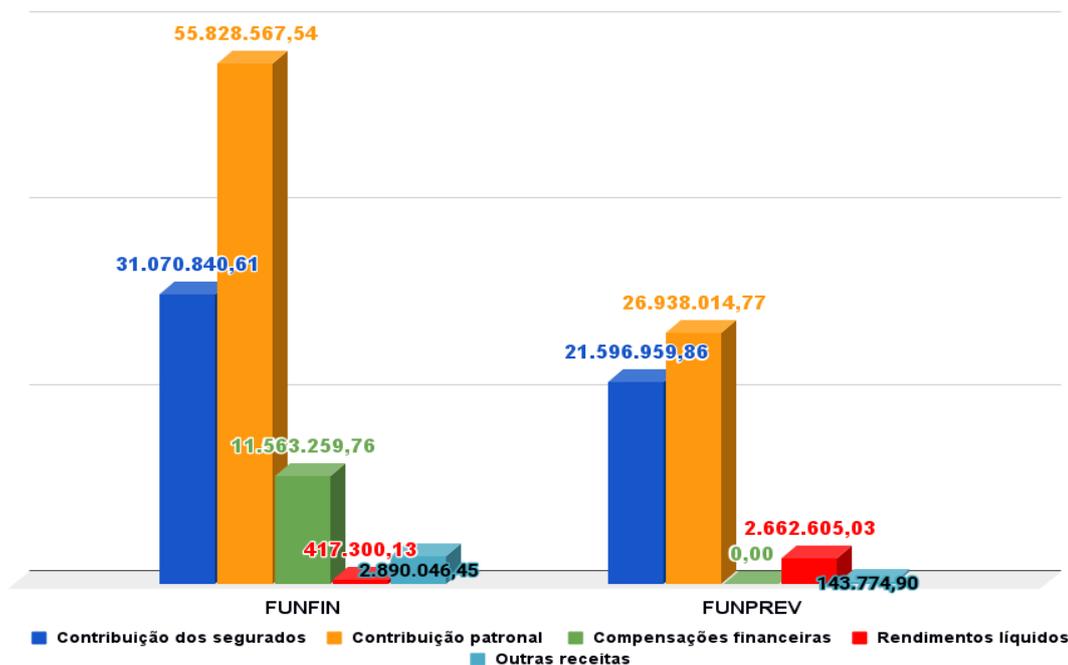
3.1 APRESENTAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) previu receitas próprias no montante de R\$ 181.934.000,00 e fixou as despesas em R\$ 362.484.000,00.

3.1.1. Receitas

A receita auferida no exercício de 2021 alcançou o montante líquido de R\$ 153.111.369,05, ficando 16% abaixo da previsão inicial da receita. Essa arrecadação abaixo do previsto foi devido às desvalorizações das aplicações financeiras, causada pela instabilidade do mercado financeiro mundial em meio a pandemia da COVID-19. Destes, R\$ 101.808.556,24 são recursos do FunFin e R\$ 51.341.354,56 são recursos do FunPrev.

Gráfico 6 – Receita Arrecadada (2021)



Fonte: Arrecadação Fonte Receita - SIGEF

Os recursos do Funfin advêm, principalmente, das contribuições previdenciárias dos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas, bem como da contribuição patronal devida pelos órgãos que possuem servidores municipais no seu quadro funcional, tendo totalizado em 2021, R\$ 31.070.840,61 e R\$ 55.828.567,54, respectivamente.

Além desses recursos, existe também a compensação financeira entre o Regime Próprio de Previdência Social - gerido pelo IPMJP - e o Regime Geral de Previdência Social, que neste exercício acumulou o montante de R\$ 11.563.259,76; a remuneração dos recursos financeiros que totalizou R\$ 417.300,13; e a restituição de benefícios previdenciários e de outros valores que somou R\$ 2.890.046,45.

Quanto ao FunPrev, as principais fontes de receitas são a remuneração dos recursos aplicados em títulos financeiros, que, no exercício de 2021, rendeu R\$ 2.662.605,03 (valor líquido), e as contribuições, tanto do servidor ativo, R\$ 21.596.959,86 como as patronais, R\$ 26.938.014,77. Este fundo também contou com recursos advindos de restituições no valor de R\$ 3.134,40, bem como de outras receitas no valor de R\$ 140.640,50.

3.1.2. Aportes Financeiros

O Instituto recebeu da Prefeitura Municipal de João Pessoa, no exercício de 2021, o montante de R\$ 175.141.419,50 a título de aporte financeiro para custear

despesas do Fundo Previdenciário Financeiro (FunFin), visto que é um fundo deficitário.

Os valores transferidos ao longo do ano foram destinados da seguinte maneira: (1) aporte para despesas de custeio; (2) benefício assistencial permanente; (3) folha de pagamento dos benefícios previdenciários do tesouro municipal; (4) complemento de folha dos benefícios previdenciários do FunFin.

Tabela 1 – Aportes Financeiros

TIPO	1º SEMESTRE
1. Aporte para Despesas de Custeio	1.955.683,02
2. Benefício Assistencial Permanente	76.445,05
3. Beneficiários do Tesouro Municipal	5.913.571,34
4. Complemento de Folha	167.195.720,09
TOTAL	175.141.419,50

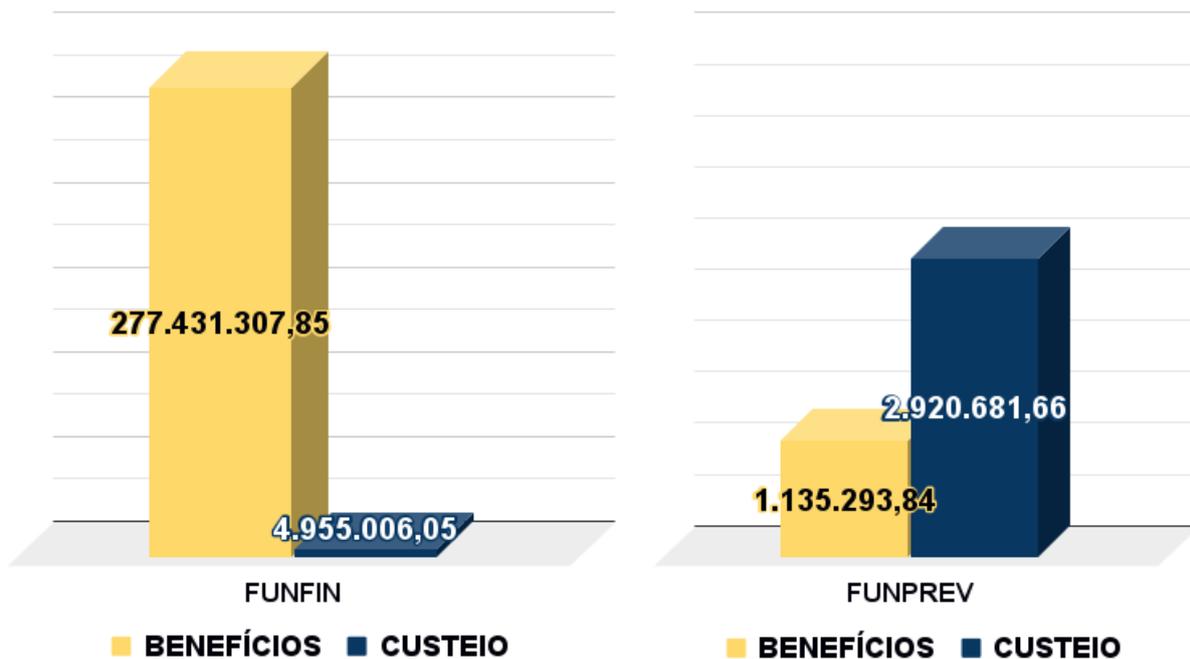
Fonte: SIGEF (2021)

3.1.3. Despesas

A LOA, inicialmente, autorizou a execução de despesas no valor de R\$ 362.484.000,00, do qual foram empenhados R\$ 286.505.909,36 até o dia 31 de dezembro de 2021, ou seja, 79% do orçamento, sendo R\$ 282.407.161,24 na fonte FunFin/Ordinário e R\$ 4.098.748,12 na fonte FunPrev. Do montante empenhado, R\$ 286.437.297,09 foi liquidado e pago, ficando R\$ 68.612,27 como restos a pagar não processados para o exercício de 2022.

As despesas realizadas também serão demonstradas separadamente entre os dois fundos previdenciários, FunFin e FunPrev, como apresentado no gráfico 7.

Gráfico 7 - Despesas realizadas



Fonte: SIGEF (2021)

Dentre as despesas do FunFin estão as despesas previdenciárias, as quais contemplam os benefícios dos aposentados e pensionistas; e as despesas de custeio, que consideram as obrigações tributárias e contributivas, os gastos com água, energia elétrica e telefone, outros serviços de terceiros e a folha de pagamento dos servidores efetivados, comissionados e contratados por excepcional interesse público, bem como as obrigações patronais e indenizações relativas a esses servidores.

As despesas previdenciárias do FunPrev também se referem à folha de pagamento de aposentados e pensionistas e as despesas de custeio contemplam os gastos com energia, água, internet, serviços de consultoria, aluguéis, sistema de segurança elétrica e demais despesas necessárias para a manutenção das atividades deste instituto.

3.1.4. Despesas com folha de pagamento dos benefícios previdenciários

A finalidade de um Regime Próprio de Previdência Social é o pagamento de benefícios previdenciários, aposentadorias e/ou pensões. Sendo assim, a tabela 2 apresenta de forma estratificada os pagamentos de benefícios do FunFin por tipo e seus respectivos valores mensais, totalizando no exercício de 2021, R\$

277.431.307,90 destinados ao pagamento das despesas previdenciárias. Sendo R\$ 233.627.443,99 em benefícios de aposentadorias e R\$ 43.803.863,91 em pensões.

Tabela 2 - Resumo da Folha de Benefícios (FunFin)

Mês	Aposentadorias	Pensões
Janeiro	17.679.578,42	3.590.813,46
Fevereiro	17.672.990,55	3.594.512,85
Março	17.702.031,41	3.604.184,85
Abril	17.674.216,68	3.582.550,55
Maio	17.653.949,62	3.624.121,75
Junho	25.823.718,98	5.248.274,69
Julho	17.691.324,26	3.735.274,60
Agosto	17.670.239,60	3.671.644,04
Setembro	17.714.945,74	3.729.270,57
Outubro	17.719.269,11	3.725.923,03
Novembro	17.818.228,81	3.666.056,32
Dezembro	27.212.437,96	5.625.750,05
Total	233.627.443,99	43.803.863,91

Na Tabela 3 estão os totais pagos a título de benefícios do FunPrev de forma mensal, bem como a soma total do exercício de 2021, totalizando R\$ 1.135.293,84. Sendo R\$ 754.152,76 em benefícios de aposentadorias e R\$ 381.141,08 em pensões.

Tabela 3 - Resumo da Folha de Benefícios (FunPrev)

Mês	Aposentadorias	Pensões
Janeiro	50.095,29	21.314,87
Fevereiro	50.095,29	21.017,24
Março	53.197,58	21.017,25
Abril	53.195,72	36.221,13
Maio	53.195,72	24.818,22
Junho	78.580,70	38.654,37
Julho	54.588,01	35.171,59
Agosto	55.970,86	30.544,80
Setembro	64.008,39	30.544,80
Outubro	65.108,39	30.544,80
Novembro	72.009,41	30.544,80
Dezembro	104.107,40	60.747,21
Total	754.152,76	381.141,08

Ambos os fundos apresentaram no pagamento de benefícios valores diferenciados nos meses de junho e dezembro, devido ao pagamento da primeira e segunda parcela da gratificação natalina (13º salário), respectivamente.

3.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária consiste na programação e realização de despesas, considerando a disponibilidade financeira da entidade e o cumprimento das exigências legais. Sendo assim, é de fundamental importância que seja realizado o seu acompanhamento, a fim de verificar se o equilíbrio das contas está sendo atingido.

A Tabela 4 apresenta o resultado da execução orçamentária de forma consolidada, considerando o FunFin e o FunPrev.

Tabela 4 – Resultado da Execução Orçamentária Consolidado

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	TOTAL
Receita Arrecadada	153.111.369,05
(-) Despesa Empenhada	286.527.841,83
(=) Resultado da Execução Orçamentária (S/ Aportes)	-133.416.472,78
(+) Aportes recebidos do ente federativo	175.141.419,50
(=) Resultado da Execução Orçamentária (Ajustado)	41.724.946,72

Fonte: SIGEF (2021)

A receita total arrecadada no ano de 2021 foi de R\$ 153.111.369,05, enquanto as despesas somaram R\$ 286.527.841,83. Neste momento percebe-se que as despesas foram superiores às receitas, apresentando um resultado negativo. Entretanto, tendo em vista a insuficiência financeira do FunFin, a Prefeitura Municipal de João Pessoa transferiu o valor de R\$ 175.141.419,50 a título de aporte financeiro para complementar o pagamento das despesas deste fundo previdenciário, obtendo-se um resultado superavitário de R\$ 41.724.946,72.

4. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Este capítulo traz informações referente à gestão administrativa do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa em 2021, apresentando as atividades relacionadas à Gestão de pessoal, Gestão de contratos, bem como as ações da Assessoria de Controle Interno e da Assessoria Jurídica.

4.1 GESTÃO DE PESSOAL

O setor de Gestão de Pessoal do Instituto apresentou no mês de junho/2021, em reunião on-line, o plano de capacitação para os servidores do IPMJP. O plano tem o objetivo de fomentar a atualização e proporcionar os meios para a operacionalização das diretrizes que norteiam o processo de desenvolvimento profissional dos servidores. Os cursos sugeridos são gratuitos e online, com abrangência de realização até dezembro de 2022, cumprindo a periodicidade do plano anual.

Uma ação de extrema relevância foi a realização e conclusão do censo que a partir de 15 de fevereiro do 2021, foi iniciado o recenseamento pela Prefeitura de João Pessoa, através do site PMJP (www.joaopessoa.pb.gov.br) para dos servidores efetivos, comissionados e prestadores de serviço, conforme Decreto n° 9.680/2021, instituído pelo Prefeito desta capital. O Setor de Gestão de Pessoal ficou responsável pela revisão documental.

Este setor realizou também, no respectivo exercício, a avaliação de desempenho dos servidores concursados que finalizou com a estabilidade dos mesmos; o raking entre os servidores com a apresentação de suas certificações, em atendimento a um preceito do Pró-Gestão; enviou aula on-line de ginástica laboral e incentivou todos os servidores do Instituto de forma setorizada, comparecendo as salas e explicando os benefícios; e atualizou o manual informativo sobre os tipos de benefícios previdenciários, conforme as alterações trazidas pela reforma da previdência, o qual está disponibilizado no site do Instituto.

Além disso, o setor de Gestão de Pessoal faz, mensalmente, a verificação de acúmulo de cargo por CPF, de todos os servidores do Instituto, no site do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e gerencia o catálogo de empresas e vantagens especiais para os servidores, aposentados e pensionistas do IPMJP, mantendo o

contato com as empresas conveniadas, que ofertarão descontos especiais em produtos e serviços.

4.2 GESTÃO DE CONTRATOS

O prefeito da capital, no ano de 2018, implementou a Central de Compras Corporativas com o objetivo de promover a redução das despesas nas compras efetuadas pelo governo municipal, resultando na economia e melhoria na qualidade dos gastos, além de fomentar as ações de transparência pública.

Apesar da autonomia administrativa oriunda de sua natureza jurídica, o IPMJP, como órgão da administração indireta, passou a realizar suas compras de materiais comuns a outros órgãos e secretarias por meio dessa Central. Os contratos firmados para a compra desses materiais foram acompanhados pela Seção de Compras, Contratos e Patrimônio (SEC-CCP) do IPMJP e pela Comissão de Conformidade e Transparência (CCT), esta última implanta em março de 2021.

As compras de materiais ou contratação de serviços específicos, urgentes e de menor valor aquisitivo foram realizadas pela SEC-CCP através de Dispensa de Licitação, Inexigibilidade ou Pregão Eletrônico.

É relevante destacar que todas as informações referentes às licitações e compras realizadas pelo IPMJP e pela PMJP podem ser consultadas no Portal da Transparência do Município de João Pessoa.

4.3 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

A priori, em relação à estrutura, uma equipe multidisciplinar foi pensada e instituída, objetivando o monitoramento e análise das áreas de atuação de um RRPS: arrecadação, benefícios (concessão e revisão de aposentadorias e pensões e gestão da folha de pagamento de benefícios) e atuária.

Em 2021 a equipe foi estruturada, com 01 (um) atuário, 01 (um) advogado, 01 (uma) contadora e 01 (um) matemático, sendo distribuídos nas seguintes atividades:

- i. **Atesto de conformidade dos processos previdenciários (concessão e revisão):**

Anteriormente à homologação da concessão do benefício previdenciário, todos os processos são auditados, verificando-se a legalidade do ato e a conformidade do processo em relação aos Procedimentos Operacionais Padrão vigentes.

Durante o exercício de 2019 foram auditados 664 processos, sendo que, destes, 582 são relativos à concessão de aposentadorias e 82 de pensões.

ii. Acompanhamento da execução orçamentária, financeira e contábil:

Ao fazer o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, busca-se, dentre outros, observar a contabilização das receitas e despesas, no intuito de identificar falhas/erros em tempo hábil e desta forma realizar as correções cabíveis.

Dentro do quadro das receitas, as contribuições realizadas pelos segurados, pelos órgãos municipais e por outras entidades que possuem servidores municipais efetivos em seu quadro funcional, demandam uma atenção especial deste setor, sendo realizado mensalmente a conferência dos valores recolhidos ao RPPS, através da consulta dos extratos bancários e dos lançamentos contábeis.

No tocante às despesas, destaca-se o monitoramento daquelas destinadas ao funcionamento das atividades do IPM-JP, ou seja, das despesas administrativas, a fim de se evitar que seja ultrapassado o limite da taxa de administração estabelecido em lei.

iii. Fornecimento de Informações para os Órgãos Colegiados do IPMJP e de Controle Externo:

A Assessoria de Controle Interno também é responsável por subsidiar os processos decisórios dos órgãos colegiados desta autarquia através do fornecimento de informações à Diretoria Executiva e aos Conselhos Fiscal e Previdenciário.

Além disso, relata à Superintendência quaisquer irregularidades apuradas nos trabalhos executados, assim como aos órgãos de controle externos ao IPMJP como Controladoria Geral do Município, Tribunal de Contas do Estado e Secretaria de Previdência Social.

Dito isso, também é atribuição da ASS-CIN orientar e acompanhar o processo de prestação de contas anual encaminhada por esta Autarquia ao TCE-PB.

iv. Atuação na Comissão de Conformidade e Transparência do IPMJP:

Em 19 de março de 2021 foi atribuído à ASS-CIN do IPMJP as atribuições estabelecidas para a Comissão de Conformidade e Transparência no âmbito desta

autarquia, através da portaria nº 92/2021, conforme o decreto municipal nº 9.681/21 de 16 de fevereiro de 2021.

Dentre as ações desta comissão, podemos citar a verificação prévia da conformidade dos documentos licitatórios, as dispensas e exigibilidades, contratos e seus aditivos, reajustes, revisões, repactuações e congêneres.

v. Acompanhamento dos cálculos atuariais:

Ademais, como o setor também conta com um servidor efetivo no cargo de Analista Previdenciário - Atuário, além das atividades supracitadas, são desenvolvidas atividades da seara atuarial, como: extração e tratamento de dados que serão utilizados na avaliação atuarial, bem como o acompanhamento e auditoria de conformidades da avaliação atuarial, DRAA e NTA's.

Além disso, também é realizado a elaboração de relatórios de Evolução da situação atuarial e gestão atuarial, das provisões matemáticas mensais para a Matriz de Saldos Contábeis, bem como demais estudos e relatórios com informações financeiras e atuariais.

4.1.1. Certificado de Regularidade Previdenciária

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), disposto no Decreto nº 3.788/01, atesta o cumprimento dos critérios e exigências de envio dos demonstrativos obrigatórios, transparência de informações e obediência aos normativos estabelecidas na Lei nº 9.717/98, para Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A regularidade do município de João Pessoa foi atestada duas vezes no exercício de 2021, nos dias 17 de fevereiro e 16 de agosto, através da emissão deste documento. É salutar destacar que este certificado sempre foi emitido de forma administrativa, comprovando a regularidade dos critérios exigidos no momento da sua renovação.

4.4 CANAIS DE ATENDIMENTO - OUVIDORIA

A Ouvidoria é um importante canal de comunicação entre o público interessado e o IPMJP, cumprindo assim o seu compromisso de facilitador das melhores subjacentes aos serviços prestados este Instituto.

Ao total, foram recebidas 84 demandas de janeiro a dezembro de 2021, que foram encaminhadas aos respectivos setores pertencentes ao Instituto, sendo discutidas, esclarecidas com seus coordenadores e retornadas aos demandantes. Todas essas demandas foram sanadas e respondidas dentro do prazo legal.

Os atendimentos se deram pelos canais que a Ouvidoria dispõe, a saber: E-mail, telefone, Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), E-Ouv (Plataforma integrada) e presencial. Além disso as demandas podem ser estratificadas em: Informação, Reclamação, Elogio, Denúncia, Sugestão e Crítica.

Considerando o tempo médio de atendimento, a maioria das demandas foram resolvidas no mesmo dia, conferindo assim celeridade à transmissão da informação ao público demandante e respeito ao prazo legal.

4.5 ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

O Conselho Fiscal de Previdência (CON-FIS) e o Conselho Municipal de Previdência (CON-PRE) possuem suas atribuições definidas na Lei Municipal nº 10.684/2005 com alterações dadas pela Lei Municipal nº 12.466/2013 e regulamentadas em seus respectivos Regimentos Internos, publicados no site do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP).

Sumariamente, o CON-FIS, no exercício 2021, realizou quatro reuniões ordinárias, conforme as atas publicadas no site do IPMJP.

Dentre as atividades realizadas pelo CON-FIS, evidenciam-se:

- Aprovação do Relatório de Investimentos e do Regimento Interno do CON-FIS;
- Eleição do presidente do conselho;
- Exame da execução orçamentária e financeira dos Fundos Capitalizado e Financeiro, a partir da análise processada no Relatório Contábil elaborado mensalmente pela Assessoria de Controle Interno;
- Apreciação de novo cálculo atuarial com base na reforma de previdência;
- Ciência da renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);
- Análise da Prestação de Contas Anual – Competência 2020.

No que se refere ao CON-PRE, realizou-se quatro reuniões ordinárias, sendo suas atas igualmente publicadas no site do IPMJP.

Em relação às atividades realizadas por este Conselho, destacam-se:

- Aprovação do Relatório de Investimentos, do Regimento Interno do CON-PRE, do Regimento do Comitê de Investimentos, do Plano de Ação Anual do IPMJP;
- Apreciação da Avaliação Atuarial exercício 2021, da Cartilha de Benefícios Previdenciários e do Relatório Contábil elaborado mensalmente pela Assessoria de Controle Interno;
- Aprovação do Relatório de Governança Corporativa – Competência 1º semestre de 2021,
- Ciência da renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);
- Aprovação da Prestação de Contas Anual – Competência 2020 após análise pelo CON-FIS;
- Aprovação da Política de Investimentos 2020 e suas alterações.

Por sua vez, o Comitê de Investimentos (COI) - órgão autônomo de caráter consultivo - cujo objetivo é elaborar, analisar políticas e estratégias de alocação de ativos da Unidade Gestora do RPPS de João Pessoa, realizou dezenove reuniões, dentre as quais, doze foram ordinárias e sete extraordinárias.

5. SITUAÇÃO ATUARIAL

O Instituto de Previdência do Município de João Pessoa através da Lei Municipal nº 12.460/2013, alterou o plano de custeio do Instituto de Previdência para a segregação de massa. Desse modo, os segurados do RPPS foram divididos em dois fundos: Fundo Financeiro (FUNFIN) e Fundo Capitalizado (FUNPREV). Ademais, vale destacar, que além dos referidos planos existem beneficiários segurados pelo Tesouro Municipal.

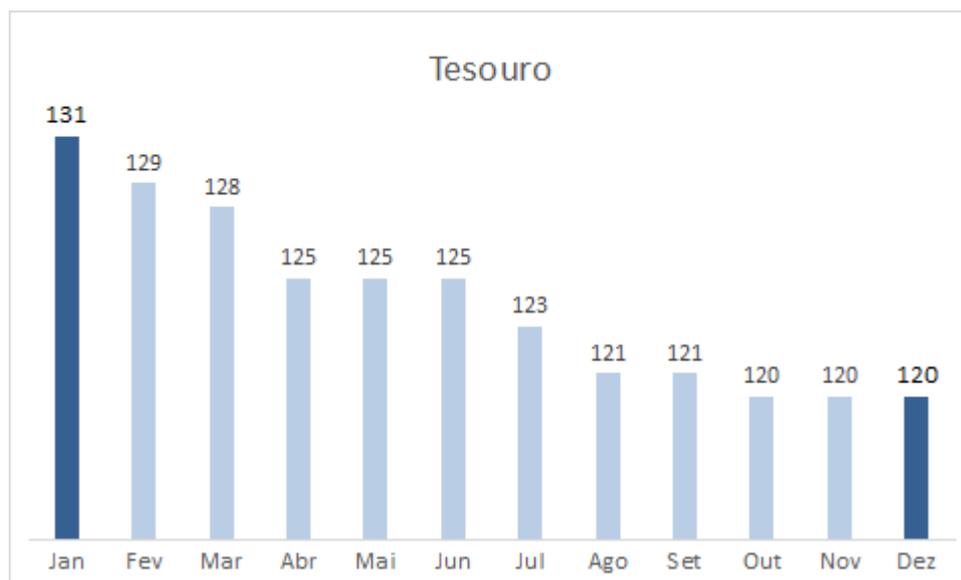
Dito isto, a seguir serão apresentados, de forma segregada por fundo, informações acerca das concessões de benefícios previdenciários, dados dos segurados e por fim resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial.

5.1 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Neste capítulo será apresentado a evolução da quantidade de benefícios previdenciários na folha de pagamento do IPM, estratificando por fundo e mês.

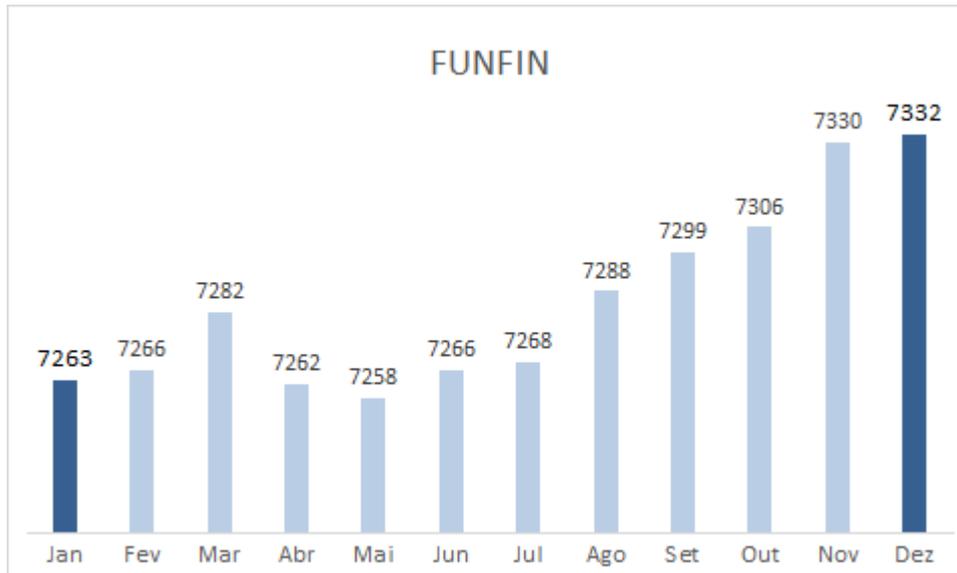
No gráfico 8 estão apresentados os dados dos benefícios (aposentadorias e pensões) ativos no vinculados ao Tesouro, no exercícios de 2021. Observa-se uma **redução de 8,4%** na quantidade de benefícios ativos, visto que em **janeiro de 2021 esse quantitativo era de 131 benefícios e em dezembro foi reduzido para 120, sendo 62 aposentado e 58 pensionistas.**

Gráfico 8 – Benefícios Previdenciários Ativos em 2021 (Tesouro)



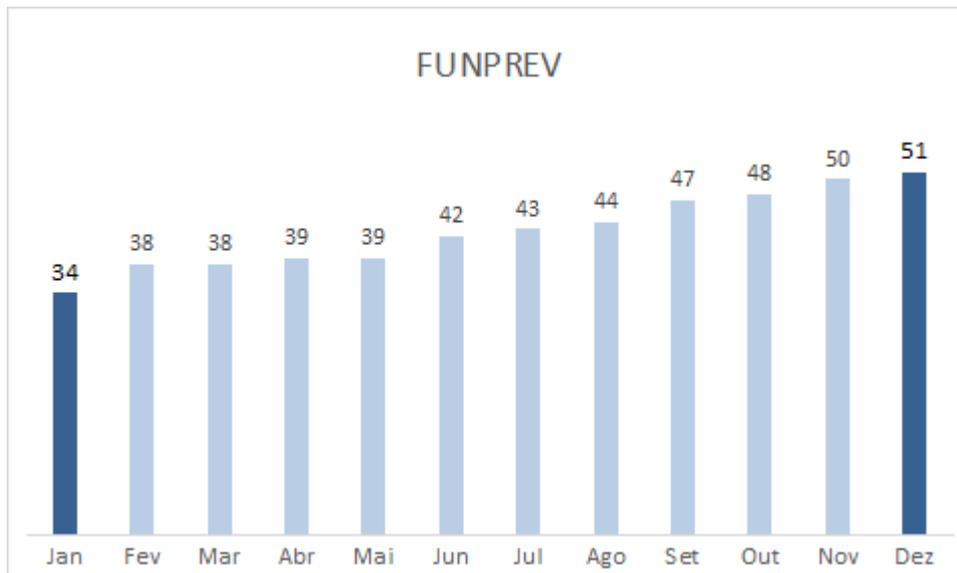
Em relação ao FUNFIN, diferentemente do fundo anterior, percebe-se um **acréscimos de 1%** na quantidade de benefícios ativos, finalizando **dezembro de 2021 com 5.937 aposentarias e 1.395 pensões.**

Gráfico 9 – Benefícios Previdenciários Ativos em 2021 (FUNFIN)



No tocante o FUNPREV, ocorreu um **aumento de 50% nos benefícios, sendo 9 aposentadorias e 8 pensões.** Dessa forma, finalizando **dezembro de 2021 com 51 benefícios, sendo 33 aposentadorias e 18 pensões.**

Gráfico 10 – Benefícios Previdenciários Ativos em 2021 (FUNPREV)



5.2 DADOS DOS SEGURADOS

Conforme tabela 5, apresentada a seguir, com relação aos dados dos segurados, percebe-se a diminuição de 1,37% no número de ativos e o aumento de 0,01% no número de inativos. Desse modo, sendo algo esperado por se tratar de um fundo fechado, já que não é permitido a entrada de novos servidores ativos, ocorrendo apenas a transição entre status (ativo para inativo) ou a saída do segurado.

Tabela 5 - Dados dos Segurados (FUNFIN)

Descrição	31/12/2020	31/12/2021
Nº de Ativos	5.118	5.048
Nº de Aposentados	5.887	5.912
Nº de Pensionistas	1.387	1.394
Nº total de segurados	12.392	12.354

Proporção nº Ativos/nº inativos	0,70	0,69
--	-------------	-------------

Fonte: Avaliação Atuarial 2021 e 2022

Ademais, por ter uma proporção menor que um servidor ativo para cada inativo, o fundo financeiro se torna deficitário, uma vez que as contribuições dos ativos e do ente são insuficientes para equilibrar a massa de inativos. Desse modo, este fundo precisa de aportes para o equilíbrio financeiro.

Tabela 6 – Dados dos segurados (FUNPREV)

Descrição	31/12/2020	31/12/2021
Nº de Ativos	3937	4399
Nº de Aposentados	20	31
Nº de Pensionistas	13	17
Nº total de segurados	3970	4447
Proporção nº Ativos / nº inativos	119,30	91,65

Fonte: Avaliação Atuarial 2021 e 2022

Em referência a tabela acima, observa-se que o FUNPREV teve um aumento de aproximadamente 11,7% no número de ativos, além do que possui uma proporção elevada de ativos por inativo.

5.3 EVOLUÇÃO DO RESULTADO RELATIVO AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL

Anualmente é realizado um estudo para avaliar o equilíbrio financeiro e atuarial dos planos FUNFIN e FUNPREV. Para tanto, realiza-se uma projeção de 75 anos, estimando-se as possíveis despesas e receitas previdenciárias de cada plano. Por fim, a Avaliação Atuarial indica se as projeções de receitas futuras são suficientes para cobrir as obrigações do IPM.

Posto isto, segue abaixo informações dos resultados atuariais das Avaliações Atuariais de 2020 e 2021.

Tabela 7 – Dados dos segurados (FUNPREV)

Data base	FUNFIN	FUNPREV
31/12/2020	(R\$ 3.870.702.480,57)	R\$ 187.333.099,86
31/12/2021	(R\$ 4.556.883.330,62)	R\$ 172.372.546,26

Fonte: Avaliação Atuarial 2021 e 2022.

No que versa o equilíbrio financeiro e atuarial dos dois últimos anos, nota-se que o déficit do FUNFIN teve um aumento de R\$ 686.180.850,05, enquanto o Superávit do FUNPREV teve uma queda de R\$ 14.960.553,60. Destarte, um dos principais motivos que podem ter causado este aumento no déficit é a diminuição da taxa de juros atuarial (de 5,44% em 2020, passou para 4,96% em 2021).

6. COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE

A presente Comissão Permanente Processante (CPP) foi instituída no âmbito do IPM/JP mediante a Portaria n.º 251/2019, de 09 de abril de 2019. A referida Portaria n.º 251/2019 atribuiu à CPP a competência para a prática de atos e procedimentos pertinentes a sindicâncias e processos administrativos disciplinares, nos termos do seu artigo 1º. A CPP é composta pelos servidores efetivos PÂMELA LIZANDRA DANTAS JACINTO, MANUEL DE ALMEIDA LIMA, MOISÉS PESSOA DE ARAÚJO FILHO, VANESSA FERNANDES QUEIROGA PITA e ARTURO DE ASSUNÇÃO SANTIAGO FERNANDES, designados mediante a portaria n.º 157/2021.

Em razão de comunicações realizadas pelo MP-PB, assim como pelo TCE-PB, acerca de acumulação indevida de benefícios previdenciários por parte de ex-servidores municipais, no ano 2021, a DIV-PRE procedeu à análise dos benefícios pagos pelos IPMJP, com a finalidade de identificar eventuais situações de acumulação.

Utilizando a ferramenta disponibilizada pela Corte de Contas Estadual no sítio eletrônico "<https://tce.pb.gov.br/paineis/acumulacao-de-vinculos-publicos>", a DIV-PRE identificou diversas potenciais acumulações indevidas de benefícios no âmbito do IPMJP. Para verificar a adequação das acumulações apontadas às disposições constitucionais pertinentes, solicitou-se autorização da Exma. Superintendente para a instauração de processos administrativos, nos quais foram reunidos elementos para

subsidiar a adoção de medidas pertinentes, tais como o cancelamento de benefícios, garantida a notificação dos interessados, em estrita obediência aos princípios do contraditório e ampla defesa.

Uma vez instaurados os processos administrativos, estes foram encaminhados à Comissão Permanente Processante, presidida pela servidora efetiva e estável PÂMELA LIZANDRA DANTAS JACINTO, para a apuração das situações de acumulação de benefícios e emissão de relatório conclusivo acerca da regularidade/irregularidade, assim como a indicação das medidas aplicáveis a cada caso.

Aportaram à CPP 196 processos administrativos instaurados com a finalidade de verificar situações de acumulação de benefícios previdenciários por parte de segurados do IPMJP. Dentre estes, 98 processos já foram finalizados, após a verificação de situações de regularidade ou irregularidade.

Dentre os processos concluídos, foram identificadas 79 (setenta e nove) situações de acumulação regular, de benefícios decorrentes de cargos de provimento efetivos, adequadas às hipóteses excepcionais dispostas na CF/88, art. 37, XVI, incisos. Ademais, em 5 (cinco) hipóteses, após a notificação, houve manifestação do(a) interessado(a) na qual apresentou-se opção por um dos benefícios. Dez (10) processos foram finalizados com o cancelamento de benefícios junto ao IPMJP e, por fim, 4 (quatro) processos foram encerrados após ser verificada a perda do objeto avaliado, por não subsistir a situação de acumulação. Os gráficos a seguir sintetizam as informações apresentadas:

Gráfico 11 – Estado dos processos administrativos da comissão

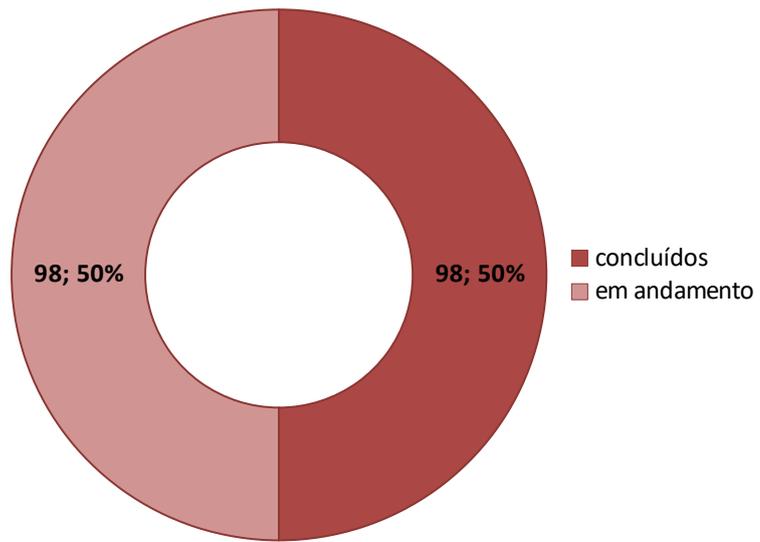
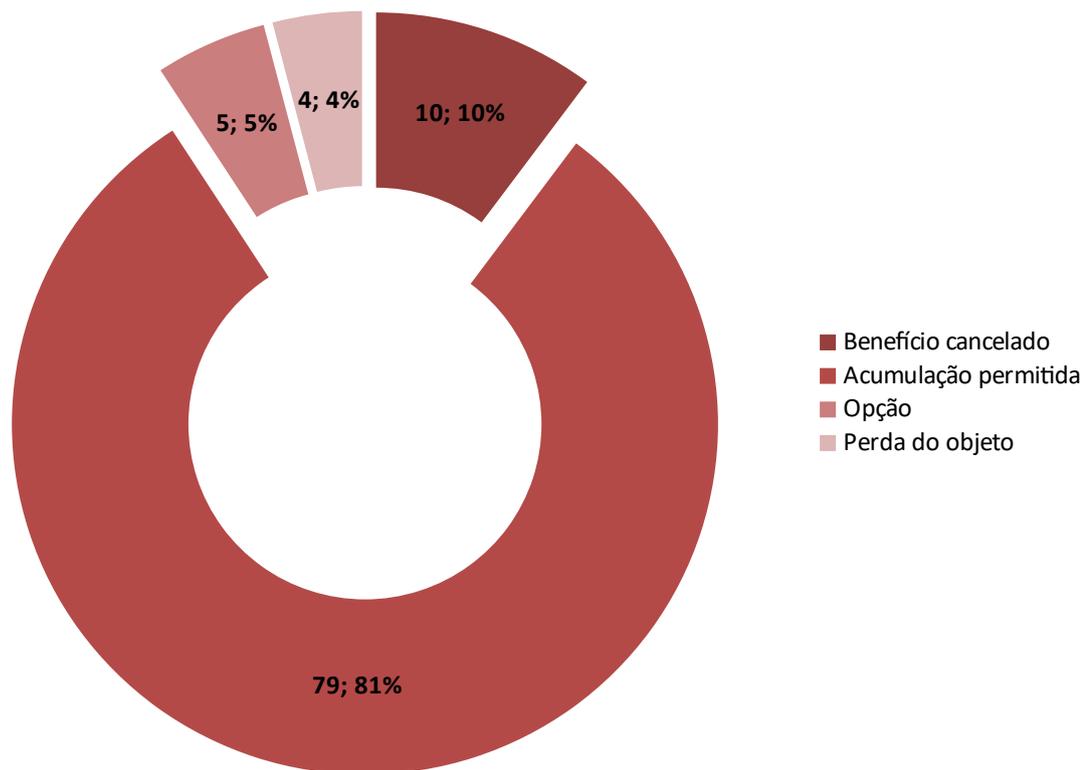


Gráfico 12 – Resultados dos processos administrativos concluídos



Ressalta-se que os processos remanescentes ainda encontram-se em tramitação, não havendo, no presente momento, decisão definitiva acerca das situações de acumulação verificadas.

© Instituto de Previdência do Município de João Pessoa. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Prefeito

Cícero Lucena Filho

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

Superintendente

Caroline Ferreira Agra

Superintendente Adjunto

Rodrigo Ismael da Costa Macedo

FICHA TÉCNICA

Elaboração

Ernesto Fialho Pessoa

Ianne Porfirio de Queiroz

Isabella Duarte Gouvêa

João Carlos de Oliveira Leão

Joseane Farias de Souza

Lituânia Francinete Pessoa de Farias

Suzana Sitônio de Eça

Manuel de Almeida Lima

Victor Assis de Oliveira Targino

Werton José C. Rodrigues Filho

Revisão

Ernesto Fialho Pessoa

Werton José C. Rodrigues Filho

Joseane Farias de Souza

Lituânia Francinete Pessoa de Farias

Suzana Sitônio de Eça

Victor Assis de Oliveira Targino

Layout e Diagramação

Joseane Farias de Souza

De: Camila M. - IPM-SETGPE

Para: IPM-CON-PRE - Conselho Previdenciário

Data: 28/03/2022 às 13:54:11

Setores envolvidos:

IPM, IPM-ASSINV, IPM-ASSCIN-AT, IPM-ASSCIN-CONT, IPM-SETGPE, SEGGOV-CHEFGAB, SEFIN-DICON, IPM-CON-PRE

Assinatura da Ata - 1º Reunião do Conselho Previdenciário de 2022

Senhores Conselheiros,

Segue anexo a ata para assinatura, referente a 1º reunião do Conselho Previdenciário de 2022.

Atenciosamente,

—

Camila Pires de Sá Mariz Maia

chefe da seção de gestão de pessoal

Anexos:

ATA_da_1_Reuniao_do_Conselho_Previdenciario_2022_1_2_.pdf

Assinado digitalmente (emissão + anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Camila Pires de Sá Mariz M...	28/03/2022 13:55:04	1Doc	CAMILA PIRES DE SÁ MARIZ MAIA CPF 049.XXX.XX...
Rodrigo Teixeira	28/03/2022 14:00:17	1Doc	RODRIGO TEIXEIRA CPF 030.XXX.XXX-64
Werton José Cabral Rodrigu...	28/03/2022 15:41:09	1Doc	WERTON JOSÉ CABRAL RODRIGUES FILHO CPF 072.X...
Lituanía Francinete Pessoa...	29/03/2022 09:34:56	1Doc	LITUANIA FRANCINETE PESSOA DE FARIAS CPF 082...
Caroline Ferreira Agra	29/03/2022 09:47:25	1Doc	CAROLINE FERREIRA AGRA CPF 024.XXX.XXX-08
Aldrovando Grisi Junior	29/03/2022 13:55:22	1Doc	ALDROVANDO GRISI JUNIOR CPF 012.XXX.XXX-36
Joao Carlos de Oliveira Le...	30/03/2022 08:43:45	1Doc	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA LEO CPF 036.XXX.XXX...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://joापessoa.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **5382-14D8-05D8-BE70**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DE 2022

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às dez e trinta horas da manhã, os membros do conselho previdenciário do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, por meio da utilização de recursos multimídia (e-mail e google meet), como autorizado pelo Regimento Interno e diante das restrições impostas pela pandemia da COVID-19, reuniram-se para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: Aprovação do cálculo atuarial; Análise da política de Investimentos; A provação das Contas referente ao exercício de 2021 e Alteração do Código de ética. Tendo sido enviado por e-mail para análise antecipada dos documentos, deu-se início a reunião com a presença do quórum regimental necessário, tendo se constatado a presença dos conselheiros abaixo assinalados, além dos servidores do IPMJP, na condição de convidados, a saber: o superintendente adjunto, Sr. Rodrigo Ismael, o gerente de investimentos, Sr. João Carlos de Oliveira Leão, os analistas Previdenciários, Sra. Lituânia Francinete Pessoa de Farias, contadora, Sr. Werton José, atuário e Sra. Camila Pires de Sá Mariz Maia, Chefe da Seção de Gestão de Pessoal, sendo a última estabelecida como secretária deste conselho. Inicialmente, a secretária do conselho deu as boas-vindas aos Conselheiros e se colocou a disposição para qualquer dúvida, em seguida, passou a palavra a presidente do conselho, Sra Caroline Agra, que abriu a reunião, também deu as boas-vindas aos conselheiros, elencando a pauta e, em seguida, passou a palavra ao servidor Werton José. O servidor iniciou sua apresentação sobre a Avaliação atuarial demonstrando as alíquotas, os resultados e planos de benefícios previdenciários administrados pelo Instituto. Diante da segregação estabelecida pela Lei Complementar nº 12.460, de 21 de janeiro de 2013, constata-se a existência de um fundo financeiro e outro capitalizado, demonstrou que a situação econômica-atuarial do Plano de Benefícios do Fundo Previdenciário Capitalizado apresenta-se de forma equilibrada no seu aspecto financeiro e

atuarial, conforme comprova a existência do Superávit Técnico Atuarial. Disponibilizado o estudo anteriormente aos conselheiros no ato da convocação para assembleia, o servidor se colocou a disposição para esclarecimentos e/ou questionamentos dos conselheiros. Logo em seguida o estudo foi submetido a deliberação e aprovação dos conselheiros, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida, foi dada a palavra ao Gerente de Investimentos, Senhor João Leão, que iniciou sua fala informando que se fez necessária uma adequação da política de investimentos em consonância com a Resolução 4.963 de 25 de novembro de 2021. Destacou os pontos que precisaram de adequação como o reenquadramento legal dos ativos financeiros e os fundos de investimentos, por exemplo. Demonstrou a alocação dos recursos e destacou que os mesmos deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com prazo que reservem as obrigações atuariais presentes e futuras, com o objetivo do equilíbrio econômico financeiro entre ativos e passivos do RPPS. Disponibilizado espaço para manifestação, esclarecimentos e ponderações, foi colocada em votação a nova política de investimentos, sendo a mesma aprovada pelos conselheiros. Na sequência dos trabalhos, a palavra foi passada para a servidora Lituânia Pessoa para apresentação das contas de gestão do exercício financeiro de 2021. Dentre outros aspectos, informou sobre as receitas e despesas do IPMJP, sendo receita auferida no exercício de 2021 alcançou o montante líquido de R\$ 153.111.369,05, constatando-se uma decréscimo de 16% da previsão inicial da receita. Essa arrecadação abaixo do previsto foi, em grande parte, em decorrência das desvalorizações das aplicações financeiras, causada pela instabilidade do mercado financeiro mundial em meio a pandemia da COVID-19. Seguiu destacando que aspectos da execução orçamentária, tendo a mesma apresentado superavit, bem como que seu acompanhamento é feita de forma permanente, a fim de verificar a existência de equilíbrio das contas. Aberto o espaço para dúvidas e/ou questionamentos, sendo os mesmos esclarecidos naquela oportunidade, foi colocada a deliberação dos presentes as contas de gestão do IPMJP do exercício financeiro de 2021, foram aprovados por todos os presentes. Em seguida, a superintendente passou a palavra para a servidora Camila Mariz que, iniciou afirmando sobre a necessidade de alteração do Código de ética aprovado em 2019 pelos conselhos previdenciário e fiscal, com a Lei Geral de Dados Pessoais – LGPD. Evidenciou-se a necessidade de aprimoramento do referido normativo, com a exposição dos comandos normativos que careciam de aprimoramento. Dentre outros aspectos, ressaltou a importância de adesão ao Pro-gestão em nível máximo pelo Instituto como melhoria das atividades de gestão desta

autarquia. Disponibilizado espaço para manifestação dos conselheiros, em seguida foi submetido a aprovação do conselho, houve aprovação de todos os presentes. Por fim, a presidente do conselho finalizou a reunião agradecendo a presença de todos, informando que a secretária do conselho enviaria a ata da reunião por e-mail para confirmação, e, posteriormente, enviaria por 1DOC para assinatura digital de todos. Ressaltou a importância do sistema 1DOC que, com o programa Papel zero da Prefeitura Municipal de João Pessoa, o IPMJP já havia economizado 60% de papel.

João Pessoa, 16 de março de 2022.

Membros do Conselho Previdenciário	
Caroline Ferreira Agra	
Rodrigo Harlan de Freitas Teixeira	
Aldrovando Grisi Júnior	
Benilton Lúcio Lucena da Silva	
Kelma Maria Pereira Dionísio	
José Jansen	
José Carlos Fernandes de Souza	
Marcone Bandeira Alves	

Convidados	
Caroline Ferreira Agra	
Rodrigo Ismael da Costa Macedo	
João Carlos de Oliveira Leão	
Camila Pires de Sá Mariz Maia	
Werton José Cabral Rodrigues Filho	
Lituânia Francinete Pessoa de Farias	

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO DE
2021**

Aos seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às onze horas da manhã, os membros do conselho previdenciário do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, por meio da utilização de recursos multimídia (e-mail e google meet), como autorizado pelo Regimento Interno e diante das restrições impostas pela pandemia da COVID-19, discutem e deliberam sobre: Posse dos conselheiros; Apresentação sintética acerca da carteira de investimentos do FUNPRE e análise das perspectivas para o exercício de 2021; Análise da Prestação de Contas do IPMJP exercício de 2020, mediante a apresentação de relatórios contábeis e análise e deliberação acerca do cálculo atuarial de 2021, data base 31/12/2021. Tendo sido enviado por e-mail para análise antecipada os seguintes documentos: apresentação da Carteira de investimento, o Relatório do balanço Contábil de 2020 e a Cartilha do FUNPRE, deu-se início a reunião com a presença do quórum regimental necessário, tendo se constatado a presença dos conselheiros abaixo assinalados, além dos servidores do IPMJP, na condição de convidados, a saber: a senhora Suzana Sitônio de Eça, Chefe da Divisão de Administração e Finanças; o senhor Yuri Veiga Cavalcanti, Chefe da Divisão de Previdência; o senhor João Carlos de Oliveira Leão, Gerente de Investimentos do FUN-PREV; os servidores - analistas Previdenciário, Lituânia Francinete Pessoa de Farias, contadora; Werton José Cabral Rodrigues Filho, atuário e Camila Pires de Sá Mariz Maia, Chefe da Seção de Gestão de Pessoal, sendo a última estabelecida como secretária deste conselho. Inicialmente a secretária do conselho deu as boas-vindas aos conselheiros e se colocou a disposição para qualquer dúvida, afirmando que ao final encaminharia a ata da reunião por e-mail aos membros do Conselho Previdenciário e solicitou a ratificação por parte de cada conselheiro da matéria discutida, **mediante resposta eletrônica com cópia para todos**. Atendendo a pauta da convocatória, a senhora Camila Mariz iniciou os trabalhos registrando a ausência do conselheiro Marcone Bandeira Alves que por motivo de saúde não pôde comparecer e, diante da informação ter sido na hora reunião, não teve tempo hábil de convocar o suplente. Com a presença de 07 (sete) conselheiros, foi lida a pauta da reunião, antecipadamente disponibilizada por e-mail, prosseguindo-se com a posse de todos os conselheiros. A secretária do conselho destacou ainda que, conforme a Lei 10.684/05, a Presidente do Conselho Previdenciário é a Superintendente do IPMJP, Caroline Agra, como

membro nato. Em seguida, a palavra foi dada a superintendente, senhora Caroline Agra, que também deu as boas-vindas aos conselheiros, afirmando que o Instituto está de portas abertas para eventuais dúvidas acerca dos temas da reunião, bem como, reiterou a grata satisfação pelo aceite de todos ao convite de serem membros deste conselho. Passada a palavra para o senhor João Leão, Gerente de Investimento do FUN-PRE, que iniciou sua apresentação sobre a política de investimento do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, demonstrando toda a carteira do ano de 2020 com os fundos de renda fixa, renda variável e exterior que tem que estejam alinhados com a política de investimentos. Seguiu afirmando que os relatórios analíticos são publicados mensalmente no site do Instituto. Declarou ainda que, os rendimentos decorrentes dos investimentos irão assegurar o pagamento dos futuros beneficiários e, apesar deste Instituto não ter batido a meta atuarial no ano de 2020, tendo em vista o cenário de Pandemia da COVID-19, teve uma das melhores atuações de investimentos de RPPS do país. Disponibilizado espaço para dúvidas ou questionamentos ao que foi apresentado, não houve manifestação de qualquer dos conselheiros. A senhora Caroline Agra afirma que a política de investimentos está em conformidade com suas premissas e, que de acordo com o Regimento Interno do Conselho Previdenciário, os conselheiros devem analisar os dados, salientando que os documentos estão disponíveis no site e, mesmo que não haja reunião e tiverem alguma dúvida, podem entrar em contato com o Gerente de Investimentos, senhor João Leão, ou com a senhora Camila Mariz, que é a secretária do Conselho. Na sequência, a senhora Lituânia Pessoa inicia sua fala apresentando o balanço contábil do exercício de 2020, por meio de relatório com os valores das receitas e despesas, discriminada por elementos, e ainda, os aspectos de cada fundo de previdência gerido pelo IPMJP, onde o Fundo Financeiro – FUNIFIN é deficitário financeiramente, sendo preciso o complemento financeiro por parte do tesouro e o Fundo Capitalizado – FUNPREV que, de outro modo, possui receitas suficientes para fazer frente as suas obrigações.. Assinala também o resultado da execução orçamentária que em 2020 foi positivo totalizando 78 milhões de reais. Por fim foi apresentada a comparação do saldo financeiro ativo de 2019, que era de 265 milhões de reais e em 2020 evoluiu para 343 milhões de reais, tendo um excelente crescimento financeiro. A senhora Caroline Agra questiona se os conselheiros têm alguma dúvida e solicita aprovação, ou não, do relatório contábil. O conselheiro Benilton Lucena declara que está satisfeito com a apresentação, parabeniza e afirma que é favorável a aprovação. Nesse sentido, a conselheira Kelma Pereira também opina pela aprovação e, em seguida, houve a aprovação do Relatório Contábil de 2020 por todos os membros do conselho. Em continuidade, o senhor Werton José inicia sua apresentação da Avaliação Atuarial informando as análises de riscos e estimativa do cálculo atuarial. Afirma que com o censo da Prefeitura Municipal de João Pessoa facilitará a execução do cálculo atuarial. O senhor Benilton Lucena faz um questionamento acerca do fundo que abrange os novos servidores concursados e o Atuário responde que, após

2010, o fundo respectivo é o FUNPREV. Em seguida, o senhor Werthon continua sua explanação, afirmando que na última avaliação do FUNPREV contatou-se um déficit porque houve uma mudança nas premissas, que resultou num impacto considerável nas taxas de juros. Nesse sentido, a senhora Caroline Agra enfatizou que as medidas saneadoras já estão sendo tomadas pela atual gestão que iniciou com o censo dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Prefeitura Municipal de João Pessoa e, posteriormente, haverá uma mudança legislativa. Neste sentido, a avaliação atuarial foi aprovada por todos os conselheiros. Em tempo, a senhora Caroline Agra esclareceu que, normalmente a data limite para exame das contas do exercício anterior pelo conselho, dá-se em 31/03, porém, tendo em vista que a 1º reunião do Conselho teve sua data alterada em razão das restrições impostas pelo Poder Público decorrente da pandemia da COVID-19, essa reunião que estava prevista para o dia 30 de março do corrente ano, precisou ser adiada para a data de hoje, não trazendo prejuízos haja vista que o prazo para envio da PCA ao TCE/PB foi prolongado para 15/04/2021. Por fim, a senhora Caroline Agra finaliza a reunião agradecendo a presença de todos, solicitando que os e-mail alterados sejam comunicados a secretária de reunião e, informando que, a senhora Camila Mariz encaminhará a ata da reunião por e-mail para todos.

João Pessoa, 06 de abril de 2021

Membros do Conselho Previdenciário	
Caroline Ferreira Agra	
Rodrigo Harlan de Freitas Teixeira	
Aldrovando Grisi Júnior	
Benilton Lúcio Lucena da Silva	
Kelma Maria Pereira Dionísi	
José Jansen	
José Carlos Fernandes de Souza	

Convidados	
João Carlos de Oliveira Leão	

Suzana Sitônio de Eça	
Yuri Viega Cavalcanti	
Camila Pires de Sá Mariz Maia	
Werton José Cabral Rodrigues Filho	
Lituânia Francinete Pessoa de Farias	